



Sindesp MG

Sindicato das Empresas de Segurança
e Vigilância do Estado de Minas Gerais

em **ação**

Nº 25 - Junho 2018



**ESTATUTO DA
SEGURANÇA PRIVADA:
a arma contra
a segurança
clandestina**




previsul
SEGURANÇA

(31) 2532-2411

oprevisul@ufmg.br www.previsulaconosufors.com.br

CHEGOU O SEGURO DE VIDA IDEAL PARA ATENDER A CONVENÇÃO COLETIVA MG 2018

A Previsul em parceria com a Colina Sagrada criou um seguro de vida que atende perfeitamente a Convenção Coletiva das empresas que atuam no segmento da VIGILÂNCIA, em excelentes condições para as empresas do segmento.

A sua empresa pode contratar uma nova apólice ou fazer a transferência de um seguro já existente. Tranquilidade é estar em dia com as suas obrigações e a Colina Sagrada está aí para te ajudar.

Veja as coberturas:

- Morte
- Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente
- Invalidez Funcional Permanente por Doença
- Importância Segurada = R\$ 186.790,45
- Valor por vida = **R\$ 12,18**

É muito fácil transferir a apólice

- Não há exigência de preenchimento de Declaração Pessoal de Saúde - DPS
- Não há limite de idade para as vidas transferidas*
- Para novas inscrições o limite de idade é de 70 anos
- Manutenção da taxa por 24 meses
- **Sem intermediação de Clube de Beneficiários**
- O contrato e o boleto bancário são emitidos diretamente pela Seguradora.

*Respeitando os limites de idade da seguradora

CONSULTORIA
E ASSESSORIA



COLINA SAGRADA
SEGUROS, CONSULTORIA
& PLANEJAMENTO



Lutamos para que
a Segurança seja
cada dia mais
FORTE!

Fundado em agosto de 1988, o Sindesp-MG defende, orienta, coordena e representa legalmente o segmento da Segurança Privada em Minas Gerais.

Saiba mais sobre o Sindesp-MG e as empresas associadas.

Acesse www.sindesp-mg.com.br





Caros associados

Na antevéspera das eleições gerais que vão renovar os mandatos dos membros do Congresso Nacional, aguardamos a definitiva aprovação do Projeto de Lei que institui o Estatuto da Segurança Privada, tão

necessário para a implementação de um novo marco regulatório para nossa atividade econômica e para um mercado que se expande, se renova e, exatamente por isso, exige e aguarda uma legislação de regência atualizada e eficaz.

Esperamos também que seja aprovada, ainda nesta legislatura, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 412/2009, em trâmite na Câmara dos Deputados, que propõe conferir autonomia funcional, administrativa e orçamentária à Polícia Federal. A aprovação dessa PEC vai trazer o fortalecimento da instituição e, particularmente no que importa para o nosso segmento empresarial, a instrumentalização adequada das Delegacias de Controle de Segurança Privada (DELESPs), permitindo uma atuação muito mais eficaz na fiscalização e no controle da atividade,

principalmente no combate à clandestinidade, presente no setor.

A exploração irregular das atividades de segurança privada, assim como a prática de preços inexequíveis por uma parcela de empresas do setor, se dá em detrimento de inúmeros empreendedores que exercem suas atividades legalmente e de acordo com os controles fixados pelos órgãos de fiscalização. Tudo isso compromete inegavelmente a qualidade da prestação dos serviços, trazendo prejuízos para a sociedade.

Portanto, acreditamos que a aprovação de ambas as matérias em tramitação no Senado e na Câmara dos Deputados contribuirá, e muito, para o fortalecimento do nosso segmento empresarial e será essencial à nossa contínua atuação no combate às práticas irregulares ainda presentes no setor. Eliminar esse tipo de serviço depende do esforço conjunto de entidades e órgãos de fiscalização e controle comprometidos com ações firmes e eficazes, capazes de sanear essas distorções. E compete a nós renovar permanentemente esse compromisso.

Um forte abraço!

Edson Pinto Neto

Presidente do Sindesp-MG



Nº 25 - Junho de 2018

A **Revista Em Ação** é uma publicação do Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais - Sindesp-MG. Avenida Raja Gabaglia, 2.000 - Torre I - Sala 334 - Condomínio Parque Avenida - Estoril - Belo Horizonte - MG - CEP: 30494-170 | Tel.: (31) 3327-5300

Faça contato

Para enviar comentários, sugerir matérias e artigos ou registrar críticas, entre em contato conosco pelo telefone (31) 3327-5300 ou pelo e-mail sindesp-mg@sindesp-mg.com.br.

Associe-se ao Sindesp-MG.

www.sindesp-mg.com.br | [www.facebook.com/ SindespMinasGerais](https://www.facebook.com/SindespMinasGerais) | [instagram.com/sindespmg](https://www.instagram.com/sindespmg)

NESTA EDIÇÃO



8

ENTREVISTA

Despertar da Consciência como ferramenta para o autoconhecimento e aprimoramento da liderança



16

PALESTRA

Implantação do eSocial: quem não se preparou em tempo hábil vai ter de correr contra o tempo



18

ENCONTRO EMPRESARIAL

Conheça sua empresa de segurança e melhore a lucratividade



20

CAPA

Estatuto da Segurança Privada

12

APOIO

No combate à corrupção

14

ESOCIAL

Gerenciamento de afastamentos por atestados médicos

17

PALESTRA

Especialistas alertam: quem desprezar correrá o risco de ficar fora do mercado

23

ANTV

Audiência com Ministro da Segurança Pública levanta problemas gerais de segurança no país

24

POLÍTICA

É possível fazer algo melhor pela segurança privada e pública de nosso país?

26

ARTIGO

As principais teses tributárias da atualidade

DIRETORIA

Diretor-Presidente

Edson Pinto Neto

Diretor-Vice-Presidente

Christian Bernardo Sepúlveda Toffalini

Diretor-Secretário Administrativo

Everton da Silva

Diretor Econômico-Financeiro

Renato Fortuna Campos

Diretor Social

José Roberto Gustavo de Souza

Diretor para Assuntos Sindicais e Cursos de Formação

Gilson Naves de Souza

Diretor para Assuntos de Escolta Armada e Segurança Pessoal

Marcelo Oscar Ferlini

Diretor para Assuntos Jurídicos

Gustavo Augusto Castro e Lellis

Diretor para Assuntos de Segurança Eletrônica

Vasco Veiga Alves

Diretor para Assuntos de Mercado, Planejamento e Marketing

José Afonso de Oliveira Cunha



30

FEBRAC

Diretor financeiro do Sindesp-MG é o novo presidente da Febrac



34

PERFIL

Triade Vigilância e Segurança: há quase 20 anos fazendo história na segurança privada



36

SAÚDE

AVC: a doença que mais mata no Brasil



40

GASTRONOMIA

Bacalhau cozido a vácuo com minilegumes orgânicos

28

LEGISLAÇÃO

Categoria obtém importante vitória no tocante à contratação de aprendizes

32

FENAVIST

Projeto Fenegócios beneficiará o setor de segurança privada

38

JURÍDICO

42

ROTEIRO DE MINAS

São Tomé das Letras: a Cidade Mística de Minas Gerais

44

EMPRESAS ASSOCIADAS

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos

Eliton Ferreira dos Santos
Laurence Gustavo Pinto Neto
Leonardo Vieira Brandão

Membros Suplentes

Carlos Roberto Cabral de Souza
Afonso de Oliveira Silva
Magno Ventura Cardoso

Assessoria Jurídica

José Costa Jorge

EDITORIAL

Assessoria de Mercado, Planejamento e Marketing
Valéria Teixeira

Jornalista Responsável
Flávia Presoti (MG 05533 JP)
Presoti Comunicação

Revisão
Teka Leite
Text Only

Redação

Flávia Presoti
Anna Carolina Ludendorff
Luciana Aquino
Lucas Dornelles
Maristela Bretas

Capa, Diagramação e Projeto Gráfico
CYB Comunicação

DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA COMO FERRAMENTA PARA O AUTOCONHECIMENTO E APRIMORAMENTO DA LIDERANÇA

Educadora em Desenvolvimento Aplicado e Técnicas de Liderança, Renata Gaia explica a importância do indivíduo se conhecer profundamente para atingir um estágio de equilíbrio, tanto no campo profissional quanto no pessoal

Deixar aflorar dentro de si sua melhor versão. Essa é a premissa que move o Despertar da Consciência, filosofia que permite ao indivíduo compreender seu funcionamento interno, passando a ter total controle de suas fragilidades e seus potenciais. Renata Gaia, educadora em Desenvolvimento Aplicado e Técnicas de Liderança, garante que essa é uma necessidade que temos em todos os campos da vida. “Costumo dizer que primeiro precisamos ser líderes de nós mesmos e só então pensar em liderar outras pessoas. Ser líder é ver o que os outros não veem, indicar o melhor caminho, a melhor solução, a melhor estratégia; e, para isso, para ser visto como exemplo, tem de passar credibilidade”, revela.

O Despertar da Consciência permite que, por meio da Neurociência e Sociedades Antigas, como os incas e os assírios, as pessoas descubram possibilidades reais de se tornarem plenas. “Viramos protagonistas de nossa própria vida e ficamos livres de bloqueios como angústia, de-

pressão e ansiedade”, diz a especialista. Em entrevista concedida à Sindesp MG em Ação, Renata Gaia fala um pouco sobre o assunto e como conseguimos mudar uma série de frustrações.

Em Ação - O que é o Despertar da Consciência?

Renata Gaia - O Despertar da Consciência é o acordar e ver o caminho que temos trilhado, como temos vivido, o que temos escolhido. É um confronto com o que se tem escondido, encontrando, dessa forma, a própria identidade. É o início do direito de escolher, por si só, quem você deseja ser: a melhor versão de você ou a melhor versão do seu ego.

Em Ação - Qual a importância do Despertar da Consciência no ambiente corporativo?

Renata Gaia - A pessoa inevitavelmente se confronta consigo mesma quando tem o desejo de ser o mais competente possível e a responsabilidade de atingir uma alta performance todos os dias. O treinamento de inteligência emocional dentro do ambiente corpo-

rativo desenvolve a motivação para a superação, mas uma motivação genuína, que não gira em torno de uma meta ou da expectativa de um bônus.

Em Ação - Normalmente, quais os diferenciais de um profissional que desenvolve o autoconhecimento?

Renata Gaia - O ponto principal é que esse profissional aprende a navegar nas emoções; aprende a avaliar as consequências, antecipando-as; aprende a ter flexibilidade e a ser adaptável a mudanças, entre tantas outras competências que são treinadas. Com isso, esse profissional, essa pessoa, passa a ter, entre suas características, a assertividade e a integridade.

Em Ação - Por que os empresários da segurança privada devem se preocupar com o desenvolvimento emocional e psicológico de sua equipe?

Renata Gaia - É necessário pontuar que o treinamento da inteligência emocional com foco no autoconhecimento, ministrado por mim, não tem caráter terapêutico. O objetivo é trazer conhecimento para que todos possam observar o próprio comportamento e assim reconhecer o que podem e desejam fazer para adquirir competência e autonomia na vida, seja na pessoal, seja na profissional. Hoje, sabe-se que o principal problema no ambiente corporativo está relacionado ao convívio interpessoal. As dificuldades nesse convívio geram um movimento de divisão, de formação de feudos, que é o oposto de uma competição saudável em busca de um



resultado; e isso é extremamente prejudicial em um ambiente de trabalho. Logo, se um empresário deseja que sua empresa seja um time, no qual todos estejam em busca do mesmo resultado, é necessário que se volte para esta equação: funcionário confiante gera unidade, que, por sua vez, resulta no objetivo comum. E, sem dúvida, o resultado desejado será alcançado com o desenvolvimento da inteligência emocional de seus subordinados.

Em Ação - Em que medida investir no despertar da própria consciência pode ajudar os empresários do setor de segurança privada a exercerem melhor a liderança?

Renata Gaia - Ser líder é ver o que os outros não veem; é indicar o melhor caminho, a melhor solução, a melhor estratégia. Para isso, o líder tem de ser visto como exemplo; tem de passar credibilidade não pelo grito, mas pela serenidade e sabedoria. Caso contrário, não estamos falando de liderança de alta performance. Sem dúvida, desenvolver a inteligência emocional pelo autoconhecimento dá a possibilidade de transformar o ato de liderar, metaforicamente, no ato de reger com excelência uma orquestra sinfônica, de modo que a música encante a todos.

Em Ação - Dos cursos que você ministra, quais podem ser aproveitados para o ambiente corporativo?

Renata Gaia - Como já dito, os cursos ministrados por mim têm como foco a pessoa. Cada indivíduo tem em si demandas distintas, objetivos com base nas diversas áreas da vida. Dessa forma, a



Renata Gaia, educadora em Desenvolvimento Aplicado e Técnicas de Liderança

pessoa vai adquirindo competências para ser a melhor onde quer que esteja, seja na área profissional, seja na pessoal. Hoje temos o curso de autoconhecimento pela inteligência emocional individual, que pode ser ministrado para grupos de pessoas diferentes ou para uma empresa. Temos o que chamamos de intermediário e certificação em analista DISC, indicado tanto para empresários e líderes quanto para departamentos de RH. Temos também o curso de formadores de capacitação em eneagrama, indicado para pessoas que trabalham ou desejam trabalhar com pessoas. Esses cursos têm como propósito principal fazer as pessoas experimentarem individualmente a validade de certas possibilidades; a partir daí, cada uma escolhe o caminho a seguir.

Em Ação - Fatores externos como estresse, depressão e frustração prejudicam o desempenho profissional? De que forma?

Renata Gaia - Podemos dividir o estado de dor em duas categorias: as dores materiais, de causas facilmente identificáveis, como um espinho no pé, um braço quebrado, um cisco no olho; e as dores mentais, cujas causas são difíceis de comprovar, mas que, tanto quanto as físicas, nos impedem de pensar, ver e agir, gerando frustrações, depressão, etc. Essas dores não permitem que alcancemos o melhor de nós; e isso vale para a vida profissional.

Em Ação - Existem outros fatores prejudiciais ao trabalho?

Renata Gaia - Se focarmos no exemplo das dores materiais, poderíamos dizer que a roseira é responsável pelo espinho que entrou no dedo; que a ventania é responsável pelo cisco no olho; e assim por diante. Porém, quais poderiam ser as causas das frustrações, do estresse, da depressão? Temos muitas respostas para essas perguntas, porém acredito que alguns fatores são relevantes para que as dores mentais sejam mais frequentes hoje em dia. Por isso, alguns fatores encontrados no ambiente de trabalho prejudicam, sem dúvida, a saúde mental. A falta de reconhecimento, de perspectiva, de acolhimento, de cooperação e de unidade são fatores a serem considerados. O ser humano

existe para viver em sociedade; e uma empresa deve ser vista como parte dessa sociedade. Dessa forma, um ambiente de trabalho saudável, rico em unidade, fornece satisfação, tendo o poder de eliminar grande parte das dores mentais.

Em Ação - Como os profissionais podem evitar que fatores externos prejudiquem seu desempenho no trabalho?

Renata Gaia - É muito difícil deixar fora do local de trabalho a preocupação gerada pelos medos.

Seria tentar controlar o incontrolável. A única maneira de se manter constante nas suas decisões, independentemente do que aconteça, é triunfando sobre os medos, já dizia Nelson Mandela. Mas, para isso, é necessário reconhecê-los. E o caminho que funciona é buscar no autoconhecimento as ferramentas necessárias para triunfar sobre as adversidades.

***"Ser líder é ver o que os outros não veem, é indicar o melhor caminho, a melhor solução, a melhor estratégia."
Renata Gaia***

Em Ação - Algo mais a acrescentar?

Renata Gaia - Tudo o que ofereço nos cursos e nas palestras é uma possibilidade. Longe de mim o desejo de deter a verdade. Acredito no potencial de cada um, e sei que, se experimentarem, as pessoas vão descobrir que são muito mais do que têm sido até hoje; que podem muito mais do que pensam. E que, mesmo parecendo difícil, o caminhar é individual e único. Por isso, vamos em frente!

NO COMBATE À CORRUPÇÃO

Corrida da Polícia Federal no combate à corrupção
teve apoio do Sindesp-MG



Everton Silva - Diretor do Sindesp MG; Dr. Tadeu Moura - Delegado de Polícia Federal;
Simone Malvaccini - Secretária Executiva do Sindesp MG

Segundo dados divulgados recentemente pelo movimento Global Transparência Internacional, o Brasil teve uma forte piora no *ranking* que avalia a percepção da corrupção no mundo.

Nosso país caiu 17 posições em comparação ao ano anterior e ocupa o 96º lugar na lista de 2017, que avaliou a corrupção do setor público em 180 países.

Dados do Transparência Internacional mostram que a trajetória de queda nos últimos anos se deu por conta dos efeitos da Operação Lava Jato.

Na contramão do esquema de corrupção, temos o empenho da Polícia Federal (PF), que vem trabalhando fortemente no combate à corrupção no Brasil. A esse fato, somam forças entidades como o Sindesp-MG, que apoia todo e qualquer movimento de combate à corrupção no Brasil.

Promovida pela Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), que se encontra em plena campanha contra a corrupção e em defesa dessa instituição policial, a Corrida da Polícia Federal contra a Corrupção contou, em sua segunda edição, com o apoio do Sindesp-MG. Com percursos de 5 km, 10 km e 14 km, a corrida aconteceu no dia 25 de março, na Pampulha, em Belo Horizonte (MG). Foram 4.500 pessoas inscritas para as provas e cerca de 9 mil pessoas compareceram ao evento.

Representando o Sindesp-MG, participaram da corrida Everton Silva, diretor do Sindicato, e Simone Malvaccini, secretária executiva.

Ao apoiar essa iniciativa da Polícia Federal no combate à corrupção, o Sindesp-MG contribuiu também para a promoção da saúde e bem-estar dos participantes.

**QUEM TEM
RECOMENDA!**



95%

dos nossos clientes
RECOMENDAM
o plano de saúde
da Promed

* De acordo com Pesquisa de Satisfação realizada em 2018 pela Promed, conforme os moldes da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

www.promedmg.com.br

@promedmg

Promed
ASSISTÊNCIA MÉDICA

MAIOR e MAIS PERTO de você

GERENCIAMENTO DE AFASTAMENTOS POR ATESTADOS MÉDICOS

O que pode acontecer com as empresas que não conseguirem implementar o perfil epidemiológico a tempo do eSocial?

Flávia Presoti

A necessidade da implementação do perfil epidemiológico e do gerenciamento de afastamentos por atestados médicos nas empresas de segurança privada tem sido motivo de muita preocupação do Sindesp-MG.

Criado para simplificar e informatizar as informações contábeis e fiscais e contribuir para a modernização da fiscalização e transparência trabalhista no Brasil, o eSocial pode trazer ganhos para governo, empresas e trabalhadores desde que as empresas cumpram as exigências da legislação do perfil epidemiológico.

Empresas que não estão cumprindo habitualmente o gerenciamento de afastamentos por atestados médicos e não estão cuidando da implantação de programas de gestão para controle e fiscalização das doenças do trabalho terão poucas chances ou quase nenhuma de se defender de multas e ou complicações com o INSS e o Ministério do Trabalho.

Nesse cenário, a questão é: as empresas estão preparadas para a chegada do eSocial em janeiro de 2019? As empresas têm criado ações para evitar adoecimento no trabalho?

Em palestra na sede do Sindesp-MG, no dia 23 de abril, funcionários de empresas mineiras de segurança privada participaram de uma discussão sobre o gerenciamento de afastamentos por atestados médicos recebidos.

O encontro contou com a presença dos palestrantes Carlos Luiz Souza, psicólogo e diretor da Sercon Saúde e Segurança do Trabalho; Jaqueline Paschoal Castro, médica e membro da diretoria da Associação Mineira de Medicina do Trabalho (AMIMT); Luiza Arriel, médica especialista em Medicina do Trabalho; e Jorge de Castro, administrador de empresas e especialista

em Gestão de Processos de Negócios.

O objetivo principal do evento foi alertar as empresas sobre a importância da elaboração do perfil epidemiológico e também instruir sobre a adoção de mecanismos que possam contribuir para o estabelecimento denexo causal entre os afastamentos e as condições de trabalho.

Os especialistas em saúde e segurança do trabalho explicaram como estão sendo feitas as fiscalizações nas empresas pelo Ministério do Trabalho, trouxeram considerações sobre como as empresas devem agir para evitar e diminuir adoecimentos e reforçaram a importância de os departamentos de RH e Medicina e Saúde de Segurança do Trabalho trabalharem "linkados", com integração.

O diretor da Sercon Saúde e Segurança do Trabalho, Carlos Luiz Souza, explicou que, com a centralização e o cruzamento de dados do eSocial na Receita Federal, do Fundo de Garantia, do INSS e dos registros específicos do Ministério do Trabalho, o atestado médico também será contemplado, e as empresa precisam se preparar o quanto antes para ter direito de defesa e evitar que sejam surpreendidas por ações regressivas. “Com o eSocial, a partir de janeiro de 2019, a empresa terá que informar todo atestado médico que o trabalhador receber acima de três dias.”

Carlos comenta que as empresas precisam se reestruturar imediatamente para alimentar o eSocial de forma correta. Além disso, em caso de doenças prevalentes, elas precisam ser tratadas para ter direito de defesa que aquela doença não está relacionada ao trabalho com ações do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

O administrador de empresas Jorge de Castro alertou as empresas para a construção de um estudo epidemiológico a partir dos itens 7.2.2 e 7.2.3 da NR7. “As empresas podem adotar mecanismos para analisar se hánexo causal entre os afastamentos e as condições de trabalho, além de verificar a ocorrência da hipótese supracitada. Ademais, o manual do eSocial cita a obrigatoriedade de notificação, por parte dos empregados, dos afastamentos ocasionados por acidente de qualquer natureza, agravo de saúde ou doença não relacionados ao trabalho, com duração de três dias ou mais. Por fim, é importante ressaltar que o INSS tem lançado mão da ação regressiva para receber restituição dos valores gastos com o pagamento de benefícios e tratamentos de saúde do empregado quando comprovado nexocausal com o trabalho”, diz Jorge.

Sobre a fiscalização do Ministério do Trabalho nas empresas, a médica Jaqueline Paschoal explicou que a fiscalização, há 20 anos, não era

“ao pé da página” como as que estão acontecendo agora. “As exigências que estão sendo feitas precisam ser entendidas e detalhadas pelas empresas. As empresas precisam considerar, no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, as questões incidentes sobre o indivíduo e a coletividade de trabalhadores; e privilegiar o instrumental clínico-epidemiológico na abordagem entre a saúde e o trabalho do empregado.”

Já a médica Luiza Arriel comentou sobre como deve ser montado um perfil epidemiológico.

São objetivos do estudo epidemiológico analisar a relação causa-doença, ser uma ferramenta na prevenção de doenças, reduzir taxas de absenteísmo, melhorar as condições de trabalho e promover o bem-estar dos trabalhadores.

As empresas interessadas em obter mais informações sobre o assunto poderão entrar em contato com carlos@serconmed.com.br ou pelo telefone (31) 3271-3267.



Arquivo Sindesp-MG

Da esquerda para direita: Dra. Luiza Arriel; Carlos Luiz Souza, da Sercon; Dra. Jaqueline Paschoal; e Jorge de Castro, da Sercon

Implantação do eSocial: quem não se preparou em tempo hábil vai ter de correr contra o tempo

Flávia Presoti

O cronograma definitivo para a implantação do eSocial foi apresentado pelo governo federal em novembro de 2017. Quem não se preparou em tempo hábil vai ter de correr contra o tempo. Ou seja, não dá mais para ficar parado esperando o tempo passar.

Segundo pesquisa divulgada pela Sage, multinacional de software de gestão, 50% das empresas obrigadas a entregar o eSocial a partir de janeiro deste ano que utilizaram o sistema de folha tiveram problema; a menos de dois meses do prazo para que micro e pequenos empresários e MEIs estejam integrados ao eSocial, nem 10% estão preparados para fazê-lo.

Ainda de acordo com a pesquisa, 66,3% dos entrevistados ainda não sabem o que é o programa e 33,6% já ouviram falar sobre ele. Somente 9% sabiam da obrigatoriedade do cadastro.

A sua empresa já está preparada?

O Sindesp-MG está atento à demanda do governo federal e frequentemente tem promovido debates esclarecedores sobre o assunto.

Nos dias 7 e 8 de junho, representantes das empresas de segurança privada, responsáveis pelas transmissões de dados da empresa para o programa eSocial, participaram de dois importantes eventos na sede do Sindesp-MG.

Com duração de três horas cada evento, foram abordados os temas: “O eSocial e as mudanças na relação entre empregador e empregado” e “O eSocial na prática”.

Acompanhe o que especificamente foi abordado nesses eventos pelos especialistas contratados pelo Sindesp-MG para auxiliar as empresas nessa nova fase de transição.



*Empresas com faturamento anual maior que R\$ 78 milhões

*inclusive micro, pequenas e MEIs que tenham empregados

Especialistas alertam: quem desrespeitar correrá o risco de ficar fora do mercado

Empresas devem estar alinhadas na reorganização de suas rotinas trabalhistas

Luciana Aquino

Desde o início da implantação, em janeiro de 2018, do eSocial, que é o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, criado pelo governo federal, muitas empresas já começaram a enviar seus dados e estão entendendo a importância de contar com o apoio da tecnologia no gerenciamento das informações através do sistema.

Pensando nisso, o Sindesp-MG realizou, no início do mês de junho, em sua sede, dois eventos relacionados ao assunto.

No dia 7, o advogado, especialista em Direito do Trabalho e Sindical, Giordano Adjuto Teixeira, ministrou a palestra: “O eSocial e as mudanças na relação entre empregador e empregado”.

Já no dia 8 os advogados Abdias Melo e Tatiane de Paula, coordenaram o workshop “O eSocial na prática”.

Na palestra, os participantes foram orientados quanto à necessidade de cumprimento integral da legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina ocupacional. No *workshop*, foram demonstrados, de forma prática, os procedimentos quanto às informações que serão imputadas em seus sistemas, assim como as transmissões na primeira fase.

Os eventos foram direcionados aos profissionais da área de RH das empresas de segurança.

Durante os dois eventos, foram retratados os impactos do eSocial em relação à aplicação da legislação e apresentado um suporte operacional, como códigos, estrutura lógica e requisitos para utilização do sistema.



Renato Fortuna Campos, Tatiane de Paula
e Giordano Adjuto Teixeira

As empresas devem ficar atentas ao envio das informações, pois as multas podem ocorrer por vários motivos: não informar o afastamento temporário do colaborador; não realizar os exames médicos; deixar de comunicar acidente de trabalho; não informar alterações de contrato ou cadastros e muitos outros.

Durante os treinamentos, os participantes puderam entender o que é o eSocial, os conceitos, quem está envolvido, além das obrigações e do cumprimento do cronograma e das fases de aplicação. Os advogados apresentaram dados sobre os conceitos dos eventos, como folha de pagamento transmitida, e rubricas e fizeram uma avaliação dos pontos que serão foco de fiscalização, alertando sobre a mudança de cultura organizacional que as empresas deverão ter a partir de agora.

CONHEÇA SUA EMPRESA DE SEGURANÇA E MELHORE A LUCRATIVIDADE

Encontro empresarial do Sindesp-MG contou com a presença de palestrante com metodologia internacional que garante melhoras na lucratividade dos negócios

Tempo, produtividade, custos, estratégia de negócios, margem de lucros, competitividade são assuntos predominantes na vida empresarial e que muitas vezes não recebem a orientação adequada para uma solução satisfatória para o empresário.

Em palestra realizada na sede do Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais (Sindesp-MG), no dia 11 de junho, Eduardo Lisboa, consultor empresarial e segundo maior franqueado no Brasil da multinacional ActionCOACH, explicou que é nessa hora que a presença de um profissional especializado é necessária para trabalhar estes e outros pontos que interferem no crescimento da empresa, do empresário e de toda a equipe, independentemente do setor, seja ele segurança privada, seja varejo.

Para ele, o primeiro grande erro que o empresário comete é achar que o negócio dele é totalmente diferente dos demais. “Ele acha isso porque se especializou no negócio dele e perde o horizonte de vários outros negócios que, embora possam parecer totalmente diferentes, dariam uma grande resposta para o que a empresa precisa. É importante que o empresário abra a cabeça para outros negócios”, afirma Lisboa.

No caso do segmento de segurança privada, as maiores queixas apresentadas são a margem financeira baixa, a concorrência desleal e o engajamento. “Às vezes, o empresário não percebe que estes resultados que ele lamenta são formados por outras debilidades dentro da empresa. Muitas vezes, os empresários jogam a culpa no mercado, na crise e alegam que, dentro da empresa, está tudo certo – indicadores,

pessoas, comunicação e investimento. “É preciso incentivar o empresário a refletir sobre o que está deixando de fazer. A abordagem do consultor deve ser em cima de custos estratégicos e não estratégicos.

Outro ponto essencial na gestão é o engajamento. O empresário sabe realmente o nível da gerência de sua empresa? São vários fatores, como se houvesse uma teia tênue entre o que o empresário pensa e o que é na verdade. “É preciso que ele entenda o investimento que está fazendo em pessoas, em marketing, no processo de venda, quais os indicadores que deveria ter, mas não está enxergando porque está perdendo tempo com outra coisa”. O consultor entra para orientar e reforçar os aspectos negativos que precisam ser consertados.

“Independentemente do segmento, se industrial ou prestador de serviços, ainda falta foco a muitos empresários sobre o que é necessário para melhorar seu negócio”, diz Eduardo. E continua: “O empresário precisa analisar se está investindo mais o seu tempo em direcionamento e treinamento da equipe ou em entrar numa gestão de custos. Está faltando muita coisa. O empresário ainda não sabe para onde olhar, onde deve concentrar sua lupa para ter mais energia. Ele tem uma facilidade muito grande em colocar a culpa nos outros, na baixa qualificação, na crise, mas não percebe se está fazendo ou não alguma coisa para contrapor isso”.

Eduardo comentou que, em reuniões que faz com pessoas da área comercial de empresas, costuma perguntar qual o diferencial da empresa onde trabalham. Cerca de 90% delas dizem que é o atendimento, mas, quando começam a aprofundar, não



Arquivo Sindesp-MG

Consultor Eduardo Lisboa mostra os caminhos para alavancar lucros nas empresas de segurança privada

sabem qual é esse diferencial. Elas se tornam “tomadoras de pedido”, não um comercial de prospecção; desconhecem como deve ser a comunicação com o potencial cliente, a forma de atuar com cada um e como funciona o processo da venda.

O problema não é o mercado. Temos condomínios e empresas precisando de segurança privada. Também pode não ser a concorrência desleal. O problema pode estar no que a empresa está deixando de fazer no processo de venda. Estatísticas mundiais apontam que 53% das pessoas compram pela simpatia e a relação no processo de vendas, não pelo preço. Apenas 9% são leais a uma empresa pelo valor do serviço ou produto que oferece. “Teoricamente, os custos da concorrência desleal são muito mais baixos porque ela não paga licença

e várias outras taxas. Mas, se o comercial de uma empresa não consegue vender seu produto com mais vantagens e bom atendimento e perde para o concorrente, então há uma falha muito grande nesse profissional.

Neste ponto, entra o trabalho do consultor. Mas é importante esclarecer que, se este profissional é um analista especialista em apenas uma área, por exemplo, de segurança privada, ele pode acabar cometendo os mesmos erros.

A ActionCOACH trabalha de forma mais generalista, mas o modelo de negócio é sempre o mesmo. Claro que a parte técnica de detalhes das negociações de cada setor pode ser diferenciada. Um setor pode ensinar ao outro. Se não está bem, a inovação é uma saída para mudar os pontos errados.

ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA

Um olhar diferenciado para o segmento responsável pela proteção de vidas e do patrimônio da sociedade

Regulamentar o setor, criar instrumentos eficazes de fiscalização e trazer para a atualidade as regras e os princípios norteadores da atividade de segurança privada. Essas são algumas das principais inovações instituídas pelo Estatuto da Segurança Privada, já aprovado pela Câmara dos Deputados e pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado.

Para o presidente do Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais (Sindesp-MG), Edson Pinto Neto, a nova le-

gislação virá em boa hora. O Estatuto, na opinião dele, criará um novo marco regulatório da Segurança Privada, revogando leis antigas e ultrapassadas para as exigências de um mercado cada vez mais em ascensão. Ele lembra que, em todo o país, o segmento emprega milhares de agentes de segurança privada, ultrapassando, inclusive, o número de agentes públicos. Razão mais do que suficiente para receber um olhar diferenciado e um novo tratamento legislativo. Significa, também, o reconhecimento das autoridades e da sociedade. “Ao atuar na segurança interna de comércios, indústrias, condomínios e até de órgãos governamentais, a segurança privada libera o efetivo das forças de segurança oficiais para atuar nas áreas públicas, no combate, de fato, da criminalidade”, considera.

Outro ponto positivo apontado pelo presidente do Sindesp-MG é a ampliação da atuação das empresas privadas no chamado intramuros, ou seja, da rua para dentro. A proteção é preventiva. O endurecimento das regras possibilitará, ainda, trazer para a formalidade pelo menos parte das pessoas que trabalham no segmento em condições irregulares.

Segundo o delegado de Polícia Federal, diretor regional da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal em Minas Gerais, Tadeu Moura, os delegados de Polícia Federal compartilham com o segmento da segurança privada a mesma angústia da espera do tão aguardado Estatuto da Segurança Privada. “Parceiros na se-



gurança, na proteção do cidadão, são também parceiros na espera infundável por alterações legislativas que permitam melhor prestação desse serviço à sociedade”.

Tadeu explica que os Policiais Federais e parte significativa da sociedade organizada estão aguardando por mais de nove anos a tramitação legislativa da tão esperada Proposta de Emenda Constitucional PEC-412/09. “Passados nove anos, mantemos a esperança de aprovar a autonomia orçamentária e de gestão para que a Polícia Federal possa ser realmente uma Polícia de Estado e não uma polícia de um ou outro governo. Lembramos aqui que, muitas vezes, investigamos quem tem a caneta que libera o dinheiro para o combustível das viaturas policiais, quem paga as nossas diárias, quem paga os nossos salários”, diz.

Tadeu comenta ainda que a Associação dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) – representante dos Delegados de Polícia Federal, gestores do órgão que fiscaliza a atividade de segurança privada – também se preocupa com a antiquada legislação que efetivamente não dá suporte à fiscalização do segmento e não permite, principalmente, uma ação mais dura contra aqueles que “vendem” serviços de segurança de forma ilegal, colocando em sério risco aqueles que os contratam, como também toda a sociedade.

Além disso, lembra Tadeu, “quem contrata os serviços de segurança privada tem responsabilidade por sua execução, principalmente quando sabe, ou deveria saber, de sua irregularidade”.



Alberto Wu

Dr. Tadeu Moura: "Os Delegados da Polícia Federal compartilham com o segmento da segurança privada a mesma angústia da espera do Estatuto da Segurança Privada"

"Antiquada legislação efetivamente não dá suporte à fiscalização do segmento da segurança privada".

**Doutor Tadeu Moura,
Delegado Federal**

Informalidade que preocupa

Aliás, uma das grandes preocupações do Sindicato das Empresas de Vigilância de Minas Gerais diz respeito aos trabalhadores e às empresas que atuam de forma irregular. A entidade estima que existam, no Estado, aproximadamente 60 mil profissionais nessa situação.

Edson Pinto Neto diz que é preciso muito cuidado na hora de contratar um serviço de vigilante. “Sabemos que existem muitas empresas que oferecem segurança privada, mas estão ilegais, não foram autorizadas pela Polícia Federal para prestar esse serviço”, alerta.

Ele lembra que, para abrir uma empresa, é preciso preencher uma série de requisitos. A segurança clandestina, pontua Edson, arranha a imagem do segmento, em detrimento de inúmeros empreendedores que atuam nos estritos

limites da legislação de regência e dos controles fixados pelos órgãos de fiscalização.

Preços inexecutáveis

Outro problema que preocupa o Sindesp-MG é a concorrência desleal, com empresas que disputam o mercado oferecendo preços inexecutáveis, prejudicando aqueles que pagam os impostos e respeitam a legislação.

Quem adota preços impraticáveis subestima os custos e não se preocupa com a melhoria da qualidade do serviço prestado, o que acaba por prejudicar o segmento como um todo. “O negócio segurança privada não tem milagre. O barato pode sair caro, principalmente no momento vivido pelo país, de turbulência econômica”, diz o presidente do Sindesp-MG.

Outro aspecto lembrado por ele é a responsabilidade do cliente. Ao contratar uma empresa de segurança, o tomador de serviço é responsá-

vel subsidiário, ou seja, se a empresa contratada vier a encerrar suas atividades, o cliente terá de responder por todas as obrigações trabalhistas.

Autonomia da Polícia Federal

Edson Pinto Neto faz coro com aqueles que defendem a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 412/09, que prevê a autonomia financeira e administrativa da Polícia Federal.

“Se as Delegacias de Controle de Segurança Privada (DELESPs) da Polícia Federal tivessem um caixa separado, podendo gerenciar os próprios recursos, poderiam atuar com muito mais eficácia”, opina. Sem falar na autonomia investigativa das DELESPs, responsáveis pela fiscalização e controle das atividades de segurança privada no âmbito de suas circunscrições.

Na mira da lei

O Estatuto da Segurança Privada estabelece responsabilidades e penalidades às empresas de segurança que prestam serviços irregulares no país e penaliza, de forma mais severa, quem contrata os serviços de segurança clandestina. Atualmente, as sanções às empresas são apenas administrativas. Os instrumentos existentes hoje não coíbem as ações.

Com o Estatuto da Segurança Privada, quem contratar segurança clandestina pagará multa de até R\$ 30 mil e será punido com pena de até quatro anos de reclusão. Estabelecimentos também serão interditados caso fique comprovada a contratação de segurança clandestina, e podem sofrer também outras medidas.

Fonte: Sindesp-MG / Associação dos Delegados da Polícia Federal de Minas Gerais - ADPF



AUDIÊNCIA COM MINISTRO DA SEGURANÇA PÚBLICA LEVANTA PROBLEMAS GERAIS DE SEGURANÇA NO PAÍS

Encontro serviu também para cobrar do ministro a aprovação do Estatuto da Segurança Privada, que se encontra pronto para votação no Plenário do Senado

O presidente do Sindesp-MG e atual vice-presidente da Associação Nacional das Empresas de Transporte de Valores (ANTV), Edson Pinto Neto, juntamente com o presidente da ANTV, Odair Conceição, e o também vice-presidente da entidade, Marcos Guilherme, foram recebidos pelo Ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, na última quarta-feira (6), em Brasília. A comitiva contou com o apoio do deputado federal Arthur Maia (PPS- BA).

Na oportunidade, o ministro Raul Jungmann falou sobre o trabalho desenvolvido na área de segurança pública.

Os principais problemas que as transportadoras de valores têm enfrentado em relação à segurança e à falta ou fragilidade no controle de explosivos foram os temas debatidos com o ministro Jungmann por Odair Conceição, Edson Pinto Neto e Marcos Guilherme.

Por intermédio da ANTV, foi apresentada urgente necessidade da utilização de armamentos mais potentes na proteção das bases das empresas, assim como nos carros-fortes em deslocamento intermunicipal e interestadual.

Segundo o presidente da ANTV, Odair Conceição, é preciso aumentar o poder de proteção e reação dos vigilantes que atuam no transporte de valores. “A legislação atual está defasada, o armamento que as empresas de transporte de valores podem utilizar parece brinquedo perto do poderio dos criminosos. Precisamos criar mecanismos que desestimulem a ação dos bandidos”, comentou.

Após ouvir as considerações dos profissionais de segurança, o ministro Raul Jungmann admitiu que o



Ministro da Segurança Pública se compromete a ajudar o segmento da segurança privada

país passa por um momento complicado e se solidarizou com as demandas apresentadas. Jungmann afirmou que o Ministério da Defesa elaborou, no ano passado, uma resolução para disciplinar todos os pontos elencados pelo setor. O texto ainda inclui outros aspectos. Segundo ele, atualmente, o documento está na Casa Civil, onde aguarda tramitação e posterior aprovação do presidente da República.

O presidente da ANTV disse que, a partir dessa informação, vai concentrar todos os esforços na Casa Civil. “Nosso objetivo é que essa resolução entre em vigor o quanto antes”, afirma o presidente da ANTV. O trabalho na Casa Civil contará com o apoio do deputado Arthur Maia, que se comprometeu a ajudar na interlocução com o ministro Eliseu Padilha. A ideia é agendar uma audiência com o ministro.

O encontro serviu também para cobrar do ministro Jungmann um empenho maior na aprovação do Estatuto da Segurança Privada, que se encontra pronto para votação pelo Plenário do Senado. Raul Jungmann se comprometeu a ajudar o segmento de segurança privada.

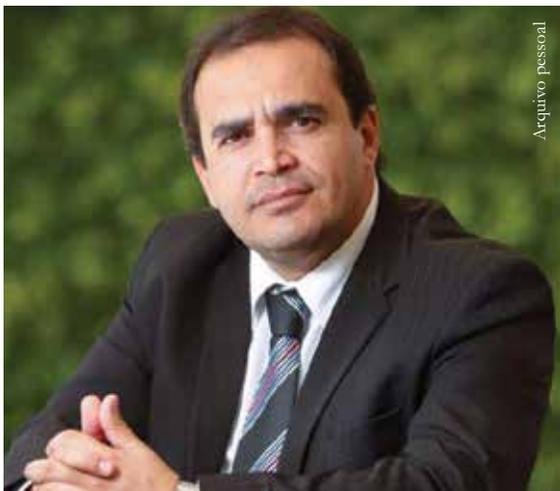
É POSSÍVEL FAZER ALGO MELHOR PELA SEGURANÇA PRIVADA E PÚBLICA DE NOSSO PAÍS?

Estatuto da Segurança Privada e combate à segurança clandestina são algumas das bandeiras defendidas por Marcelo Eduardo Freitas, delegado de Polícia Federal e pré-candidato a deputado federal nas eleições deste ano pelo Partido Social Liberal (PSL)

Flávia Presoti

O Brasil vive, hoje, sua pior crise econômica, ética e moral. Mas, sem dúvida, a crise política é a que mais tem trazido incômodo a todos os setores da economia brasileira. Esse cenário levou o delegado de Polícia Federal, Marcelo Eduardo Freitas, a refletir e tomar a decisão de ingressar, pela primeira vez, na política partidária.

Considerado um dos delegados federais mais atuantes no combate à corrupção no Brasil, Marcelo Freitas tem em seu currículo o comando de importantes operações policiais que nos acostumamos a ver nos noticiários televisivos, como as Operações Catilinárias, Mar de Lama, Desiderato, Máscara da Sanidade, Mão Invisível, Politeia, Tempo de Despertar, entre outras tantas. Esses trabalhos projetaram o delegado Marcelo no cenário nacional. A citada Operação Tempo de Despertar, que apurou desvios no Seguro DPVAT, mostrou que a ação das organizações criminosas que desviavam recursos afeta diretamente a vida das pessoas. Graças às investigações e à desarticulação das quadrilhas, o Seguro DPVAT sofreu redução nominal de 72%. “O patrimônio de todos nós era diretamente lesado pelos criminosos”, disse Marcelo Freitas.



Marcelo Eduardo Freitas,
delegado de Polícia Federal

Marcelo Freitas, que é graduado em Direito e pós-graduado em Direito Processual e Direito Público e também doutor em Ciências Jurídicas e Sociais, além de ter grande experiência em investigações contra o crime organizado adquirida em sua longa carreira de delegado federal, ressalta a importância de ter trabalhado como assessor no Supremo Tribunal Federal, o que lhe possibilitou uma vivência enriquecedora na área jurídica.

Na Polícia Federal, Marcelo Freitas ocupou diversos cargos; entre eles, o de diretor regional de Combate ao Crime Organizado em Minas Gerais e o de chefe da Delegacia de Polícia Federal em Montes Claros/MG, considerada uma das mais atuantes no combate à corrupção do país. Destacou-se entre os delegados de Polícia Federal, sendo escolhido para compor a lista triplíce ao cargo de diretor-geral da Polícia Federal. Sua principal bandeira sempre foi a do combate à corrupção.

Marcelo conta que, a partir da Operação Lava Jato, ficou evidente a necessidade de reestruturação dos quadros políticos de nossa nação, e foi em meio a esse cenário de completa degradação política que

ele se viu na obrigação de buscar melhorias para a segurança pública e privada de nosso país. A partir da provocação de diversos grupos e setores sociais, Marcelo entendeu que seria possível contribuir para um Brasil melhor e resolveu se filiar a um partido político para disputar as eleições para o cargo de deputado federal em outubro deste ano.

Ao ser questionado sobre a atual situação da segurança privada em nosso país, Marcelo comentou sobre uma de suas principais bandeiras de defesa: o empenho em lutar pela segurança do cidadão, buscando melhorias para a segurança pública e privada.

Outro ponto abordado por Marcelo é a questão da segurança clandestina. “É necessário que tenhamos legislação que trate de forma séria a questão dos serviços de segurança privada. Como serviço regular, a segurança privada é parceira da segurança pública e desonera o poder público em áreas mais atendidas pela segurança privada, permitindo que a segurança pública seja utilizada em locais mais necessitados. Ao contrário, a segurança irregular certamente trará dor de cabeça para quem a contratou e para o poder público. Com a insegurança que vivemos hoje, a utilização de segurança amadora e despreparada é, no mínimo, uma temeridade.”

Em relação ao Estatuto da Segurança Privada que tramita atualmente no Senado Federal, o delegado Marcelo Freitas acredita que ele será importante para o segmento que hoje é regido por leis antigas, da época em que a realidade da criminalidade e mesmo da sociedade era outra. Importante seria que a Polícia Federal, atual órgão fiscalizador da segurança privada, tivesse mais ferramentas legislativas para, de forma efetiva, fiscalizar os serviços de segurança privada, podendo atuar de forma mais contundente em relação aos considerados serviços irregulares de segurança.

AS PRINCIPAIS TESES TRIBUTÁRIAS DA ATUALIDADE



Clélio Gomes
Advogado da Copello Gomes

Num país em que a carga tributária ultrapassa 30% do PIB, é comum o empresário socorrer-se de ações tributárias que geram economia para sua organização.

Atualmente, há cinco teses tributárias seguras e que podem gerar uma grande economia para organizações dos mais variados segmentos, que serão resumidas neste artigo.

1. Inconstitucionalidade da incidência da contribuição para o Sistema S sobre a folha de pagamentos

O Sistema S, composto por SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT e SECOOP, foi criado pelo Governo Getúlio Vargas e é custeado até hoje por contribuição incidente sobre a folha de pagamentos de qualquer empresa.

Ocorre que o STF já firmou o entendimento de que essas contribuições têm natureza de CIDE. E, nos termos do disposto no artigo 149, §2º, da Constituição, essas contribuições têm sua base de cálculo restrita ao faturamento, à receita bruta ou ao valor de operação.

Em vista da discussão, está pendente de julgamento no STF o RE 603.624, de modo que os contribuintes que ingressarem em juízo até esse julgamento poderão se beneficiar dessa redução tributária caso o STF julgue procedente a tese dos contribuintes.

2. Inconstitucionalidade da cobrança do adicional de 10% sobre a multa de 40% na dispensa sem justa causa

A empresa que dispensa um funcionário sem justa causa deve pagar a ele uma multa de 40% sobre o saldo do seu FGTS. Além disso, deve

também pagar uma multa de 10% sobre o FGTS, o que eleva para 50% o custo de dispensa de um funcionário sem justa causa.

Essa multa de 10% sobre o FGTS foi criada em 2001 para suprir um rombo decorrente das perdas do FGTS provocadas pelos Planos Verão e Collor 1. Ocorre que, em julho de 2012, a CEF notificou o Governo informando que ela já não existe mais.

Em razão disso, entidades sindicais patronais estão ingressando com ações objetivando suspender essa cobrança e reaver os valores pagos nos últimos cinco anos.

3. Exclusão do ISSQN/ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Constituição definiu como base de cálculo do PIS e da COFINS a “Receita ou o Faturamento”. Assim, para fins de aferição da base de cálculo do PIS e da COFINS, deve ser excluído o valor pago a título de ISS ou de ICMS.

A tese já foi provida pelo STF no RE nº 240.785/MG **em 8/10/2014**.

4. Não incidência da contribuição previdenciária sobre verbas trabalhistas de natureza indenizatória

O artigo 195, inciso I, alínea “a”, da Constituição estabelece que os empregadores, as empresas e as entidades a elas equiparadas devem contribuir para o financiamento da Seguridade Social, recolhendo Contribuição Social incidente sobre *“folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício”*.

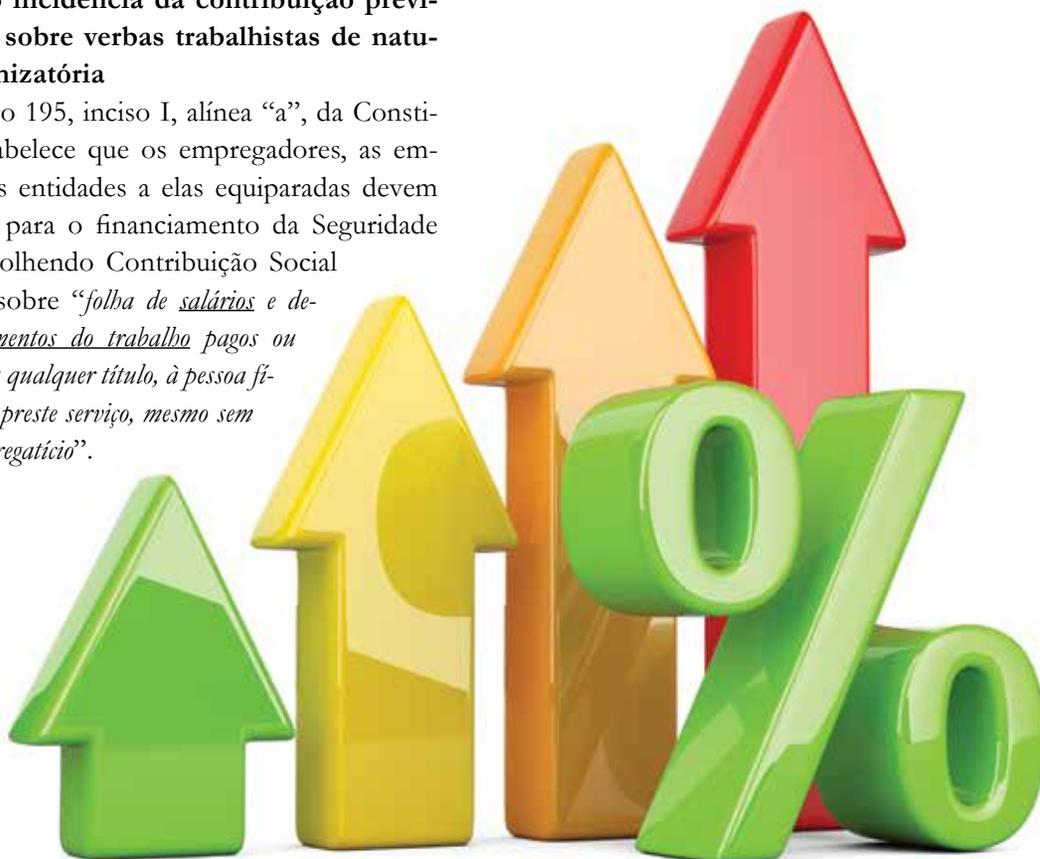
Os Tribunais Superiores já decidiram, em caráter definitivo, que as verbas pagas a título de **aviso prévio indenizado** e dos **primeiros 15 dias de afastamento de auxílio-doença e auxílio-acidente**, por terem natureza indenizatória, não compõem a base de cálculo para a contribuição previdenciária.

5. Não incidência da contribuição previdenciária de 15% sobre o valor bruto da nota fiscal de cooperativas de trabalho (caso Unimed)

Desde o advento da Lei Federal nº 9.876/1999, as empresas que contratam cooperativas de trabalho (Unimed) são obrigadas a recolher 15% do valor bruto da nota fiscal a título de contribuição previdenciária.

Em 23/4/2014, o STF declarou a inconstitucionalidade do inciso IV do artigo 22 da Lei Federal nº 8.212/91 no julgamento do RE nº 595.838, afastando a cobrança da contribuição previdenciária sobre valores pagos às cooperativas de trabalho (Unimed).

Essas são, portanto, as principais teses tributárias em vigor no atual momento.



CATEGORIA OBTÉM IMPORTANTE VITÓRIA NO TOCANTE À CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES

Foi julgado, recentemente, pelo o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG), um recurso ordinário interposto por uma empresa do segmento de segurança privada que havia sido compelida pelo Ministério do Trabalho a contratar, nada menos, que 89 aprendizes, para atender ao disposto no artigo 429 da CLT.

Com efeito, tal empresa fora fiscalizada pelo MTb, que lhe impôs as contratações sob pena de multa, e, não surtindo efeito a defesa patronal apresentada na esfera administrativa, o empregador houve por bem impetrar um mandado de segurança contra a ordem ministerial, sob o nosso patrocínio. O juiz de primeiro grau, contudo, denegou a segurança pretendida, entendendo que as obrigações inerentes ao cumprimento da cota de aprendizes, que varia entre 5% e 15% do quadro funcional, estendem-se também ao segmento de segurança privada.

Apresentado o recurso e realizada a sustentação oral em sessão de julgamento, o apelo foi integralmente provido no sentido de “determinar que a autoridade fiscal do Ministério do Trabalho se abstenha de autuar e aplicar multa à impetrante por não contratar aprendizes no desenvolvimento da atividade de vigilância”.

Dentre os fundamentos apresentados pelo relator, o Desembargador João Bosco Pinto Lara, acompanhados à unanimidade pelos demais julgadores, considerando que a aprendizagem se desenvolve entre os 14 e os 24 anos de idade (artigo 428, da CLT), destacam-se os seguintes:

- **Até os 18 anos:** a própria CLT e o Estatuto da Criança e do Adolescente vedam “o trabalho de adolescentes em local perigoso, considerando este como sendo aquele que tem entre 12 e 18 anos”;

- **Entre 18 e 21 anos:** a Lei que regulamenta a profissão de vigilante (7.102/83) dispõe que, para o exercício da profissão de vigilante, é necessário ter, no mínimo, 21 anos e “ter sido aprovado em curso de formação de vigilante realizado por empresa de curso de formação devidamente autorizada”;

- **Entre 21 e 24 anos:** a Lei 11.706/08 (que dispõe sobre registro, posse e comercialização de arma de fogo e munição) impede se “conceber o aprendiz na atividade de vigilância para aqueles que têm de 21 a 24 anos, haja vista que eles não podem ter porte de arma, o que só é possível aos maiores de 25 anos”.

Portanto, por todos esses fundamentos, entendeu o Regional que, em momento algum, o aprendiz (menor ou maior de idade) poderia estar inserido nas atividades relativas à segurança privada, afastando a empresa da imposição de cumprimento da respectiva cota.

Dr. Juliano Copello de Souza
Advogado da Copello Gomes

HÁ 30 ANOS, COM TODA SEGURANÇA



SERVIÇOS OFERECIDOS PELO GRUPO:

**Temos a solução em
segurança para o
seu negócio →**

- Vigilância Patrimonial
- Escolta Armada
- Segurança Pessoal
- Porteiros e Vigias
- CFTV e Alarmes
- Rastreamento Veicular
- Portaria Ativa



Segurança ativa e inteligente

www.anjosdaguarda.com.br

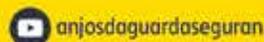
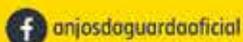
 31 3282.6567

contato@anjosedaguarda.com.br

MATRIZ: BELO HORIZONTE - MG
Rua Germana Torres, 42, Carmo
CEP 30.310-040

BETIM - MG
Rua Mamoré, 267, Brasília, CEP 32.600-322
(31) 3787-3178 | betim@anjosedaguarda.com.br

ITAÛNA - MG
Av. Manoel da Custódia, 1835, Aeroporto, CEP 35.680-403
(37) 3241-6626 | itauna@anjosedaguarda.com.br



DIRETOR FINANCEIRO DO SINDESP-MG É O NOVO PRESIDENTE DA FEBRAC

Em seu discurso de posse, Renato Fortuna Campos falou sobre os pilares da sua gestão e ressaltou que continuará a atuar nas casas legislativas



Transmissão do *button* ao novo presidente da Febrac, Renato Fortuna Campos

Renato Fortuna Campos, diretor financeiro do Sindesp-MG, empresário e líder sindical, presidirá a Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac) no período de 26 de junho de 2018 a 25 de junho de 2022.

A posse festiva da nova diretoria da Febrac ocorreu durante a abertura do maior evento de limpeza profissional do país: o Encontro Nacional das Empresas de Asseio e Conservação (ENEAC) 2018, realizado no dia 16 de maio, em Foz do Iguaçu (PR), no paradisíaco Mabu Thermas

Grand Resort, a 12 quilômetros das Cataratas do Iguaçu – uma das Sete Novas Maravilhas Naturais do Mundo –, sobre a maior fonte de águas termais do planeta, o Aquífero Guarani.

Em discurso, o novo presidente da Febrac falou sobre os pilares da sua gestão e ressaltou que continuará “a estabelecer novas relações institucionais, eis que é fundamental a constante valorização de nossa representatividade na CNC e em todas as demais entidades com as quais interagimos, governamentais ou não. Não menos indispensável será a nossa atuação permanente nas casas legislativas,

particularmente por meio do monitoramento de proposições de lei do interesse do segmento e da participação nos trâmites dessas matérias no Congresso nacional”.

Renato também lembrou a trajetória da Febrac, que tem se notabilizado por superar os desafios próprios da atividade, fazendo-se representar, perante a sociedade civil e organismos governamentais e de representação institucional, por lideranças sindicais que souberam compreender e reagir às demandas de seu tempo.

Modestamente, ele ressaltou que dedicação não lhe faltará para conduzir os trabalhos durante sua gestão. “Quero crer que todos nós, que hoje assumimos os honrosos encargos que nos foram conferidos nas eleições, compartilhamos o mesmo espírito democrático e os predicados daqueles que encontram no diálogo o meio para alcançar a eficiência e os melhores resultados.”

Em seguida, Renato finalizou dizendo que a

nova diretoria será austera na gestão dos recursos e contribuições dos sindicatos associados, empregando-os rigorosamente em iniciativas e serviços que fortaleçam a atuação da Febrac com eficiência e absoluta transparência.

O ENEAC contou com a presença de mais de 600 congressistas, vindos de todo o país, entre autoridades nacionais, líderes sindicais e empresários do setor. Dentre eles, podemos destacar a participação do Ministro do Trabalho, Helton Yomura; do deputado federal Lâercio Oliveira; do secretário de Relações de Trabalho do Estado do Paraná, Paulo Rossi; da secretária de Governo do Município de Foz do Iguaçu, Salette Horst; do presidente da Fenavist, Jeferson Furlan Nazário; do presidente do Sindesp-MG, Edson Pinto Neto; do presidente da CBS, Jefferson Simões; do chefe da Fundacentro, Marco Aurélio de Miranda Carvalho; do presidente da Fecomércio-PR, Darci Piana.



Renato Fortuna: "a nova diretoria será austera na gestão dos recursos e contribuições dos sindicatos associados"

PROJETO FENEGÓCIOS BENEFICIARÁ O SETOR DE SEGURANÇA PRIVADA

De olho no fortalecimento do setor, o Projeto Fenavist Negócios oferecerá melhores condições para a gestão administrativa das empresas de segurança privada

Visando garantir o desenvolvimento da segurança privada de forma economicamente sustentável, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), por meio do Projeto Fenavist Negócios, intensificou o seu trabalho para assegurar que as empresas possam melhorar a gestão administrativa dos seus negócios, além de oferecer melhores condições aos trabalhadores, uma vez que eles são o foco principal na prestação dos serviços de segurança.

Com atuação nacional, a Fenavist consegue fechar, com esse projeto, parcerias que ofereçam melhores vantagens às empresas de todo o país.

Os benefícios são inúmeros: maior poder de negociação, redução de custos operacionais, produtos de melhor qualidade, garantia de cumprimento do contrato.

De acordo com a coordenadora do projeto e superintendente da Fenavist, Ana Paula Queiroga, as parcerias fortalecem a cadeia produtiva e ajudam a tornar os sindicatos e a Federação autossuficientes. “Esse fortalecimento é fundamental para o desenvolvimento das entidades de classe”, explica Queiroga.

Constantemente, o catálogo de produtos e serviços oferecido pelo Projeto Fenavist Negócios é atualizado. Ana Paula explica que muito do que é oferecido faz parte das negociações coletivas estabelecidas pelos sindicatos nos estados.

O seguro de vida é um dos carros-chefe do projeto. A Fianzas, empresa cujo foco é dar prioridade às pessoas, foi a escolhida pela Federação para fazer parte como parceira no projeto. Além de ser uma empresa de seguro de vida e benefícios, a Fianzas agrega diferenciais que farão as empresas economizarem tempo e dinheiro.

Os tíquetes de alimentação e refeição também fazem parte dos produtos oferecidos pelo Projeto Fenavist. Nessa área, a Federação conta com a parceria da SODEXO. Os vales-alimentação e os vales-refeição são aceitos em uma ampla rede de es-

tabelecimentos credenciados, o que permite o acesso a refeições balanceadas em diversos restaurantes, lanchonetes e padarias, e a realização das compras do mês em supermercados, hortifrúteis e açougues.

Além disso, o Fenavist Negócios tem soluções para cuidar da saúde bucal dos trabalhadores. Em parceria com a Prodent, um plano de assistência odontológica empresarial está sendo disponibilizado.

A preocupação com a saúde financeira dos funcionários também foi lembrada. A BIORC é uma das parceiras integrantes. A empresa oferece empréstimo consignado com juros justos e facilidade na obtenção do crédito. É a chance de ajudar o seu colaborador a realizar um sonho ou deixar aquela dívida impagável para trás.

Entre os serviços disponibilizados está a possibilidade de as empresas recuperarem valores cobrados indevidamente pelo governo. A JP Balaban oferece consultoria de assessoria tributária e administrativa, que identifica potenciais pagamentos indevidos à Receita, ao INSS e outras contribuições eajuza ações para o ressarcimento desses valores.

O Projeto Fenavist Negócios apoia ainda o Benefício Social Familiar. É um inovador modelo de apoio e atendimento social que, há mais de 20 anos, objetiva dar maior amparo aos empregados e às suas famílias, bem como às empresas. Para que haja a adesão a esse benefício, é imprescindível a inserção nas convenções coletivas de trabalho.

Outros produtos e serviços disponibilizados pelo Projeto Fenavist Negócios são as palestras sobre temas que impactam a atividade de segurança privada. A grade de palestras está disponível para sindicatos e empresas associadas a custo mínimo.

Os interessados em obter mais informações sobre o Projeto Fenavist Negócios deverão acessar o site www.fenavist.org.br ou enviar um e-mail para fenegocios.assessoria@fenavist.org.br. Dúvidas também podem ser tiradas pelo telefone (61) 3327-5440.



Projeto

Fenavist Negócios

APOIA

www.beneficiosocial.com.br

Benefício Social Familiar



#segurancaunidaesegurancaforte

Venha fazer
parte desse
grande projeto.

Juntos, somos
mais fortes!

VALE ALIMENTAÇÃO



SEGURO DE VIDA

+ Responsabilidade Civil e Seguro Garantia



CRÉDITO CONSIGNADO



PLANO ODONTOLÓGICO



CONSULTORIA FISCAL E TRIBUTÁRIA



Para saber mais,
entre em contato

fenegocio.assessoria@fenavist.org.br

61 3327-5440

www.fenavist.org.br/negocios

sodexo
SERVIÇOS DE QUALIDADE DE VIDA

Prodent
ASSESSORIA ODONTOLÓGICA

JP BALABAN
& ADVogados

BIORC
LABORATÓRIO DE CONTAS PÚBLICAS

Fianzas
CONSTRUTORA DE SÓCULOS

TRÍADE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA: HÁ QUASE 20 ANOS FAZENDO HISTÓRIA NA SEGURANÇA PRIVADA

Atuando nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, a empresa fornece segurança privada para os principais tipos de serviços

Em 1999, foi fundado o Grupo G3, que atua no mercado de segurança de portaria, limpeza e mão de obra terceirizada. Com o passar do tempo e a *expertise* de seu fundador e atual gestor, Marco Cavalcanti, em 2005, a empresa iniciou as atividades de serviços de vigilância. Já em 2010, a atividade de vigilância assumiu a razão social Tríade Vigilância e Segurança.

Utilizando-se das mais modernas ferramentas de gestão de pessoas e recursos tecnológicos, o grupo oferece a seus clientes um trabalho diferenciado, buscando aliar qualidade com custos competitivos e desenvolvendo projetos especiais para cada perfil de cliente. A empresa atua em Minas Gerais e em São Paulo.

Em quase 20 anos de história, a Tríade conta com uma equipe de gerentes altamente qualificados nos segmentos de Gestão e Segurança Privada. Como ponto de partida, a Tríade se preparou para o mercado especializando-se no setor de segurança patrimonial, criando divisões focadas em condomínios residenciais, comerciais e indústrias, com vigilância e escolta armada ou desarmada, e também no de segurança pessoal. Além da segurança privada, a empresa também oferece segurança eletrônica.

O presidente da Tríade Vigilância e Segurança, Marco Cavalcanti, destaca que um dos maiores diferenciais da empresa no mercado gira em





Triade
SEGURANÇA E VIGILÂNCIA



torno do completo *mix* de soluções para qualquer tipo de negócio. “Contamos com um treinamento diferenciado e um acompanhamento rigoroso feito por nossos supervisores e coordenadores. Além disso, contamos com uma alta tecnologia no controle de rondas e supervisão *online*, com acompanhamento via GPS e vídeo”, comenta.

Pensando na atual fase político-econômica pela qual o Brasil está passando, Cavalcanti acredita que esse momento é uma grande oportunidade para emergir os diferenciais do grupo diante das empresas tradicionais. “É um modo de contribuir com nossos clientes, ofertando soluções inteligentes e economicamente mais viáveis”, ressalta.

Em 2018, o grupo investirá alto na difusão de suas atividades de escolta armada e também na implantação de novas bases, tanto em Minas Gerais quanto em São Paulo.

Para a Triade, a segurança privada talvez seja a maior proteção com a qual a população pode contar, visto que a gestão pública não investe no setor nem um terço do que seria necessário para que as cidades desfrutassem de tranquilidade.

“Acreditamos que a segurança privada é um setor no qual devemos investir. E nos orgulha fazer parte do Sindesp-MG, pois é a entidade que nos fortalece”, finaliza Marco Cavalcanti.

AVC: A DOENÇA QUE MAIS MATA NO BRASIL

Segundo o coordenador da equipe de Neurologia do Hospital Lifecenter, Daniel Isoni Martins, “o AVC pode surgir em qualquer idade, inclusive entre crianças e recém-nascidos; sua incidência cresce à medida que a idade avança”.

“Pessoas do sexo masculino, tabagistas, hipertensas, diabéticas, sedentárias, cardíacas e usuárias de álcool ou drogas têm mais chances de sofrer um AVC”, explica o neurologista.

O AVC tem diversos sintomas: fraqueza ou formigamento na face, no braço ou perna, especialmente em um lado do corpo; dificuldade para falar ou entender o que está sendo dito; confusão mental; alteração na visão e no equilíbrio; dor de cabeça súbita, entre outros.

Daniel ressalta que, se houver alguma suspeita de AVC, é preciso ligar imediatamente para um serviço de emergência para ser tratado. “Várias possibilidades de tratamento têm sido eficientes na recuperação após um AVC isquêmico. A trombólise – tratamento de dissolução do coágulo, desentupidor de circulação – é o mais importante e eficaz tratamento e pode ser feito até, no máximo, 4 horas e meia após o início do AVC; mas quanto mais cedo o tratamento é administrado, melhor é o seu efeito. Hoje existem outras formas e técnicas para desentupir o vaso que foi acometido. Já se sabe que o atendimento feito por um médico especializado e as decisões tomadas na fase inicial de um AVC diminuem o risco de sequelas no futuro. Pessoas com AVC têm maior probabilidade de sobreviver e obter melhores resultados funcionais se forem admitidas em unidades de AVC, formadas por médicos, enfermeiras e vários tipos de terapeutas experientes.”

Após o AVC, o paciente precisará do acompanhamento de uma equipe multiprofissional para que a recuperação seja satisfatória, sendo importante também o envolvimento de amigos e familiares.

O acidente vascular cerebral (AVC) é considerado a segunda principal causa de morte no mundo e a primeira no Brasil.

O AVC ocorre quando parte do cérebro deixa de ser irrigada, seja em razão do bloqueio de um vaso sanguíneo, seja por seu rompimento.

O AVC pode ser classificado de duas formas: o isquêmico e o hemorrágico. O AVC isquêmico caracteriza-se pela interrupção do fluxo sanguíneo no cérebro, normalmente associado à presença de coágulos ou placa aterosclerótica. É o tipo de AVC mais frequente nas pessoas. Já o tipo hemorrágico acontece em virtude do extravasamento de sangue causado pela ruptura de algum vaso sanguíneo; por exemplo, o rompimento de um aneurisma.

**TEMOS OS MELHORES
BENEFÍCIOS COM AS
MELHORES CONDIÇÕES.**

MOURA
BENEFÍCIOS

GESTORA E DISTRIBUIDORA

ECONOMIA:

Desconto de 20% sobre o valor da contribuição.

OPORTUNIDADE:

Isenção de impostos sobre o valor do benefício.

PRATICIDADE:

12 dias de prazo para crédito no cartão.

FELICIDADE:

um profissional valorizado trabalha feliz.

PRODUTIVIDADE:

motivação para produzir mais.

TARIFA ZERO:

isenção total de administração, emissão e entrega*.

GESTÃO ONLINE:

garante mais autonomia para a sua empresa.

GRATIDÃO:

profissionais gratos agem com reciprocidade.



**APROVEITE CONDIÇÕES
E PRAZOS DIFERENCIADOS**

*O bônus válido para a contratação dos benefícios Vale Perícia, Alimentação e Auto-emprego dos acima de 30 cartões. Modalidade Pré-Pago com fidelidade de 24 meses. Em caso de solicitação de reemissão de cartões, será cobrada uma tarifa de R\$6,00/cartão.



AS POSSÍVEIS MULTAS DO ESOCIAL

O eSocial é uma obrigatoriedade, por isso, empresas de todos os portes e tamanhos deverão se adequar à legislação do novo projeto. Além das multas que citaremos abaixo, é muito importante saber: no geral, as penalidades poderão aumentar os custos da empresa.

Confira quais multas poderão ser aplicadas:

1. Folha de pagamento

Dentre todos os subsistemas de Recursos Humanos afetados com o início do eSocial, certamente está a folha de pagamento. Isso porque ela é composta por diversas variáveis que também sofrerão impactos do projeto e, com isso, passará a ter novas exigências.

Empresas que não acatarem as mudanças e não enviarem o documento de acordo com as novas regras, poderão ser penalizadas com multas a partir de R\$ 1.812,87. Isso quer dizer que empresas que ainda não possuam os processos automatizados terão mais chances de serem multadas, já que eles devem ser desenvolvidos em consonância.

2. Férias

Com o eSocial, as férias dos colaboradores deverão ser obrigatoriamente comunicadas. A não comunicação poderá gerar multa de R\$ 170,00 por férias.

3. FGTS

Assim como a RAIS, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) também será substituído pelo eSocial. As empresas que não efetuarem

o depósito, deixarem de computar a parcela de remuneração ou efetuarem depois da notificação poderão receber multas que variam de R\$ 10,64 a R\$ 106,41 por colaborador. A reincidência poderá ser cobrada em dobro.

4. Não informar a admissão do colaborador

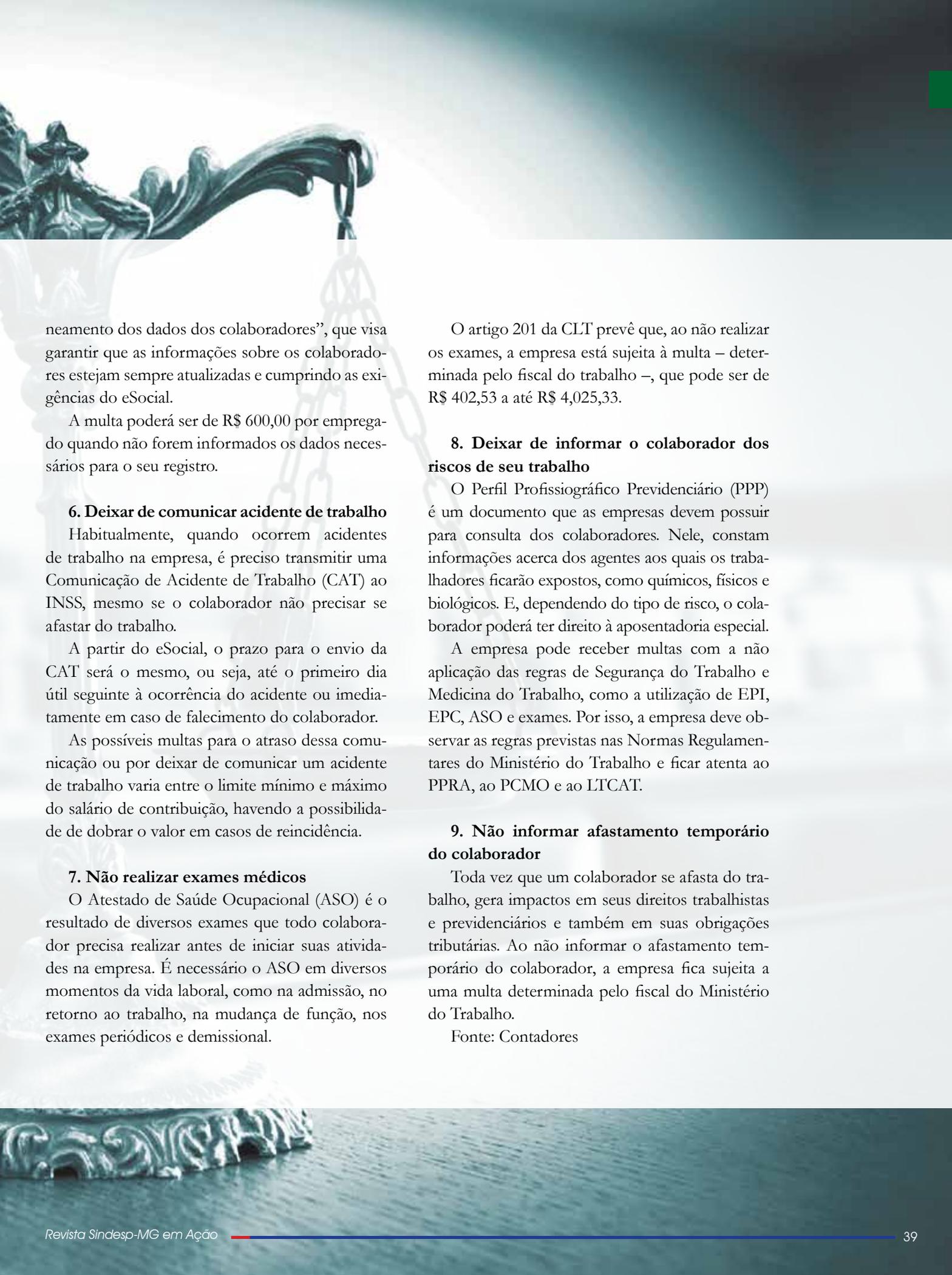
Hoje, profissionais de Recursos Humanos utilizam o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) para enviar, até o sétimo dia subsequente ao início das atividades do colaborador, as informações sobre a admissão.

Com o eSocial, as mesmas informações deverão ser enviadas um dia antes de o colaborador iniciar suas tarefas na empresa. Caso o RH não informe a admissão do colaborador dentro do tempo estabelecido, poderá arcar com as penalidades previstas no artigo 47 da CLT, que podem gerar multas de R\$ 3.000,00 a R\$ 6.000,00, em caso de reincidência; e de R\$ 800,00 por empregado não registrado quando se tratar de microempresa ou empresa de pequeno porte. Essas multas também poderão ser aplicadas a empresas que não assina-rem a Carteira de Trabalho (CTPS).

5. Não informar alterações de contrato ou cadastros.

É responsabilidade do empregador informar alterações no contrato de trabalho e nos dados cadastrais de seus colaboradores durante o período em que há vínculo empregatício.

No eSocial, existe uma etapa denominada “sa-



neamento dos dados dos colaboradores”, que visa garantir que as informações sobre os colaboradores estejam sempre atualizadas e cumprindo as exigências do eSocial.

A multa poderá ser de R\$ 600,00 por empregado quando não forem informados os dados necessários para o seu registro.

6. Deixar de comunicar acidente de trabalho

Habitualmente, quando ocorrem acidentes de trabalho na empresa, é preciso transmitir uma Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) ao INSS, mesmo se o colaborador não precisar se afastar do trabalho.

A partir do eSocial, o prazo para o envio da CAT será o mesmo, ou seja, até o primeiro dia útil seguinte à ocorrência do acidente ou imediatamente em caso de falecimento do colaborador.

As possíveis multas para o atraso dessa comunicação ou por deixar de comunicar um acidente de trabalho varia entre o limite mínimo e máximo do salário de contribuição, havendo a possibilidade de dobrar o valor em casos de reincidência.

7. Não realizar exames médicos

O Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) é o resultado de diversos exames que todo colaborador precisa realizar antes de iniciar suas atividades na empresa. É necessário o ASO em diversos momentos da vida laboral, como na admissão, no retorno ao trabalho, na mudança de função, nos exames periódicos e demissional.

O artigo 201 da CLT prevê que, ao não realizar os exames, a empresa está sujeita à multa – determinada pelo fiscal do trabalho –, que pode ser de R\$ 402,53 a até R\$ 4,025,33.

8. Deixar de informar o colaborador dos riscos de seu trabalho

O Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) é um documento que as empresas devem possuir para consulta dos colaboradores. Nele, constam informações acerca dos agentes aos quais os trabalhadores ficarão expostos, como químicos, físicos e biológicos. E, dependendo do tipo de risco, o colaborador poderá ter direito à aposentadoria especial.

A empresa pode receber multas com a não aplicação das regras de Segurança do Trabalho e Medicina do Trabalho, como a utilização de EPI, EPC, ASO e exames. Por isso, a empresa deve observar as regras previstas nas Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho e ficar atenta ao PPRA, ao PCMO e ao LTCAT.

9. Não informar afastamento temporário do colaborador

Toda vez que um colaborador se afasta do trabalho, gera impactos em seus direitos trabalhistas e previdenciários e também em suas obrigações tributárias. Ao não informar o afastamento temporário do colaborador, a empresa fica sujeita a uma multa determinada pelo fiscal do Ministério do Trabalho.

Fonte: Contadores

BACALHAU COZIDO A VÁCUO COM MINILEGUMES ORGÂNICOS

Bacalhau é a denominação para cinco espécies de peixes que normalmente são encontrados nos mares frios da Escandinávia (região da Noruega e Dinamarca).

De sabor incomparável, o bacalhau é versátil e casa bem com os mais deliciosos acompanhamentos.

Por isso, é uma ótima opção para servir em festas ou na hora de receber amigos e familiares em casa.

Então, que tal se deliciar com esta receita assinada pelo *chef* Fred Trindade no evento do Bazar Hudson?



Cacá Lamari/ Bazar Hudson

Ingredientes:

1,5kg de bacalhau
 100g de minicebola orgânica
 100g de minibatata orgânica
 100ml de azeite
 1 maço de tomilho
 100g de manteiga
 30g de alho de cabeça
 300g de minilegumes orgânicos
 Páprica a gosto

Modo de preparo:

Coloque as porções de bacalhau na embalagem a vácuo com azeite, tomilho e alho. Cozinhe

no termocirculador (equipamento que controla o banho-maria) por 15 minutos a 56°C. Com o líquido que sobrou no saco, emulsione com o restante do azeite e sirva com o bacalhau. Branqueie os minilegumes com água fervente com sal por uns 3 minutos e jogue em um recipiente com água com gelo na sequência, deixando-os por 1 a 2 minutos. Depois, salteie os minilegumes com azeite. Cozinhe a batata em água até o ponto de soltar da faca. Corte na metade e doure na manteiga. Corte as cebolas na metade e doure na manteiga. Tempere e sirva.

Após o prato montado, salpique páprica para decorar.

LOCARCITY *Rent a car*

ALUGUE UM CARRO

Nós entendemos a sua **necessidade!**

Somos experts na gestão de frotas para empresas de segurança em todo Brasil.

Consulte as condições diferenciadas para filiados Sindesp.



Matriz BH

Av. Raja Gabaglia, 319
Cidade Jardim - BH

(31) 3222-0043 (31) 98430-8991 

www.locarcity.com.br

SÃO TOMÉ DAS LETRAS: A CIDADE MÍSTICA DE MINAS GERAIS



A misteriosa São Tomé das Letras está localizada sobre uma montanha de pedra ao sul do Estado de Minas Gerais. A 337 quilômetros de Belo Horizonte e com um pouco mais de 6 mil habitantes, a cidade atrai muitos turistas por ser considerada um dos sete pontos energéticos da Terra. Para além do misticismo, São Tomé reserva boas e agradáveis surpresas aos seus visitantes. A cidade, que é quase toda feita de pedra, reúne hippies, moradores e "causos" diferentes, que despertam a curiosidade dos turistas.

A origem do nome São Tomé das Letras remete à antiga lenda de João Antão, um escravo fugido. Ao refugiar-se dentro de uma gruta no alto da serra, Antão teve a visão de um homem que vestia

roupas claras. A aparição escreveu uma carta para que o escravo se entregasse ao seu senhor. A carta não poderia ter sido escrita pelo escravo, pois foi redigida de forma perfeita. O fazendeiro, dono do escravo, demonstrou-se realmente impressionado e intrigado com a carta, enviando seus homens ao local do ocorrido. Ao chegarem na gruta, o tal homem de vestes claras havia desaparecido e em seu lugar estava uma imagem de São Tomé, um dos 12 apóstolos originalmente escolhidos por Jesus.

São Tomé das Letras tem 30 pontos turísticos e conta com um serviço de guias. Mas o grande atrativo são as cachoeiras, oito no total, e as grutas.

Mas se engana quem pensa que São Tomé é só para pessoas emblemáticas. Devido à sua geo-



grafia privilegiada, a cidade oferece muita diversão para quem gosta de aventura. Trekking, motocross, mountain bike, rapel, escalada e tirolesa são alguns dos esportes radicais praticados na região.

Para quem gosta de olhar as estrelas ou curtir um belo nascer ou pôr do sol, a opção é o mirante ou a pirâmide, que ficam no topo da cidade. Todo segundo sábado do mês acontece o "Pôr do Rock", em que uma banda de rock se instala na pirâmide a partir das 15 horas. O resultado é um visual deslumbrante, que dificilmente o turista vai esquecer.

O artesanato é predominante na cidade. Itens como incensários, apanhadores de sonhos, camisetas estilizadas, painéis e lembranças feitas de pedra podem ser encontrados tanto na rua quan-

to em diversas lojas do município.

Já o centro histórico da cidade é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais desde 1996. Embora adulterado, ainda possui grande significado cultural e ecológico. A Igreja Matriz começou a ser construída em 1785; possui retábulos do período rococó e o forro é marcado pela excelência da pintura do artista colonial Joaquim José da Natividade. A Igreja de Pedra, tombada em 1985, também é do século XVIII.

Luminosa, a cidade seduz desde curiosos a sociedades espiritualistas, científicas ou alternativas, todos em busca da energia, cultura, lendas e "causos" da pequena Cidade Mística.

EMPRESAS ASSOCIADAS AO SINDESP-MG



www.anjosdaguarda.com.br



www.ebseg.com.br



www.cepavcurso.com.br



www.globalsegmg.com.br



www.graber.com.br



SEGURANÇA & VIGILÂNCIA

www.golseguranca.com.br



grupofortebanco.com.br



www.rodoban.com.br



www.grupomagnus.com.br



SEGURANÇA

www.gvs3.com.br



www.macor.com.br



www.segex.com.br



PROTEGER E SERVIR

www.mgseg.com.br



www.minasguarda.com.br



gerencia.rh@vigiminas.com.br



www.grupoperfect.com.br



www.plantaovigilancia.com.br



www.grupofb.com.br



www.proforte.com.br



www.prosegur.com.br



www.segurpro.com.br



www.g3servicos.com.br

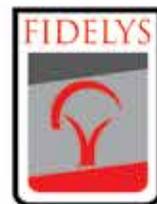


www.conserbras.com.br

MAIS QUE
SEGURANÇA.
É PRECISO TER
CONFIANÇA.



Vigilância, Segurança Pessoal,
Escolta Armada e Eventos



Transporte de Valores



CREDIBILIDADE



TRANSPARÊNCIA

SEGURANÇA E VIGILÂNCIA

Com autorização para atuar nos estados de Minas Gerais e São Paulo, somente neste setor, a empresa possui um efetivo de 3.000 funcionários.

- . Segurança Patrimonial;
- . Segurança Pessoal;
- . Segurança em eventos;
- . Escolta Armada.

SEGURANÇA ELETRÔNICA

Experiência, estrutura e capacidade técnica para atender especificamente a seus clientes nas demandas por segurança eletrônica.

- . Monitoramento Eletrônico;
- . Circuito fechado de TV (locação e venda);
- . Câmeras e alarmes;
- . Ronda Eletrônica.

VENHA PARA UM GRUPO FORTE!

Desde 1994, o Grupo Fortebanco oferece mais que segurança, ele garante aos seus clientes experiência, seriedade e credibilidade para prestar um serviço altamente especializado.

- . No segmento de segurança privada desde 1994;
- . Sede própria;
- . Presente em mais de 250 municípios;
- . Manutenção constante em equipamentos e armamentos;
- . Certidões de regularidade fiscal e trabalhista;
- . CRS - Certificado de Regularidade em Segurança, emitido pelo Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais - Sindesp MG;
- . Treinamento e seleção de sua equipe através de departamento de RH próprio e psicólogos credenciados pela Polícia Federal.



TRANSPORTE DE VALORES

Especializada em Segurança e Logística de Transporte de Valores. Com sede em Belo Horizonte, e autorizada a prestar seus serviços no Estado de Minas Gerais, está presente em regiões estratégicas. Possui em sua carteira de clientes empresas de varejo, instituições financeiras, indústrias, dentre outros.

- . Transporte e custódia de valores;
- . Processamento de cheques e numerário;
- . Cofres inteligentes.

ADMINISTRAÇÃO

Oferece serviço de mão de obra qualificada através de seu quadro de funcionários.

- . Portaria;
- . Recepcionistas;
- . Serviços Gerais;
- . Serviços especializados.



Belo Dente

Odontoplano

MOURA
BENEFÍCIOS

CONSULTORIA
E ASSESSORIA

Atendendo a Convenção Coletiva de Trabalho, agora todos os trabalhadores e familiares das empresas de vigilância de Minas Gerais podem ter um Sorriso Campeão!

Leve um sorriso a seu colaborador.

Maiores esclarecimentos

www.belodente.com.br

Ouidoria: (31) 3048-6103 (BH e Grande BH)
0800 701 3803 (outras regiões)

Responsável Técnico: Dr. Luiz Antônio Dutra Ladeira
CRO MG - 8784

Belo Dente Odontologia Ltda - EPAO - 1550

ANS-35.156-3

